



Seleção e Ideologia em *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro*

Milton Colonetti*

Resumo: Macedo, em seu *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro*, procura levantar o véu ideológico estendido sobre a capital do Império, numa tentativa de restabelecer as coordenadas heurísticas de uma Identidade Nacional que pairava indeterminada no imaginário da época. Para tanto, se vale de sua posição-sujeito privilegiada como articulador da ‘cidade letrada’ (RAMA, 1984) e entretece, em suas projeções ideais do imaginário, ficcionalizações dos discursos-fonte oriundos da ‘cidade real’. Neste jogo de sobredeterminação, o espaço urbano e seus marcos arquitetônicos servem de mapa e signo para o traçado de uma nova hermenêutica da realidade social, republicana e progressista. A partir deste panorama, procuro investigar as estratégias representacionais de Macedo, de acordo com as categorias de ‘seleção’ (ISER, 1996), ‘ideologia’ (EAGLETON, 1997) e o binômio ‘cidade letrada’ e ‘cidade real’ (RAMA, 1984).

Abstract: Macedo, in *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro*, tries to remove the ideological veil which was laid over the capital of the Empire, in an attempt to reestablish the heuristic coordinates of a National Identity that was gliding, undetermined, in the imaginary of that time. In order to do so, the author utilizes his privileged subject position as an articulator of the ‘literate city’ (RAMA, 1985) and blends, with his idealistic projections of the imaginary, fictionalizations of the source-discourses originated in the ‘real city’. In this game of over-definitions, the urban space and its architectonic landmarks are used as a map and a sign for tracing a new hermeneutics of the social reality, which was republican and progressive. From this point of view, I try to investigate Macedo’s representation strategies, according to the categories of ‘selection’ (ISER, 1996), ‘ideology’ (EAGLETON, 1991) and the binomial opposition between ‘literate city’ and ‘real city’ (RAMA, 1985).

Palavras-chave: república; ideologia; ficção; Brasil; crítica

Keywords: republic; ideology; fiction; Brazil; criticism

Joaquim Manuel de Macedo teve sua contribuição à cultura reduzida ao que o senso comum da historiografia literária convencionou chamar de ficção: um aglomerado heterogêneo de obras cuja referencialidade não pode ser reduzida ao real, sendo, portanto, fruto da engenhosidade e da inventividade, a que é permitido representar, mas jamais apresentar o contexto concreto das práticas sociais históricas. Aliado a este primeiro critério segue-se outro, menos ontológico e mais autoritativo, que diz respeito à tradição: considera-se obra ficcional qualquer coisa que o consenso especialista assim determine.

* Graduando em Letras – Literatura Brasileira. Bolsista FAPERGS

Temos aí, por uma via duplamente tortuosa, devidamente ordenados os gêneros e delimitados seus escopos de mobilização do capital humano: cabe à literatura informar e formar o espírito, enquanto a crônica deve se contentar com o comentário passageiro e um tanto jocoso das atualidades e miudezas do cotidiano. É nestes moldes que o *Passeio* vem sendo caracterizado como crônica, e, assim, automaticamente excluído do objeto de interesse da crítica e da história literária.

Por exemplo, tanto Antonio Candido (1997) quanto Alfredo Bosi (1994) ignoram, por completo, a obra em questão – Bosi sequer inclui o *Passeio* na mini-biografia dedicada a Macedo em sua *História Concisa* – e por meio do reducionismo já referido determinou-se que Macedo, nas palavras de Bosi (idem, p.131), não passa de um “sub-romancista pela pobreza de fantasia, e um sub-romântico pela mímica de sentimentos”. Pretendo demonstrar, mesmo que de modo incipiente, que não é bem assim.

O primeiro passo em direção a este objetivo é a reinscrição da obra dentro do objeto da crítica literária. Para tanto, lanço mão da categoria de ‘seleção’, estabelecida no território da ‘estética da recepção’ por Wolfgang Iser. Conforme Iser (1996, p.13-16), o saber tácito que opõe ficção à realidade não é suficiente para lidar com um construto textual, seja ele qual for. A realidade que é inscrita em um texto não pode ser considerada, sob qualquer aspecto, real, pois sua inscrição enseja, no próprio ato, uma ‘irrealização’, que é característica intrínseca da linguagem – o real, para que participe do textual, precisa ser deslocado, recortado do sistema amplo do fenômeno e reinstaurado num reino outro.

Daí decorre que, ainda conforme Iser (idem, p.16-20), o efeito principal da seleção da matéria real a ser reinstaurada seja uma indeterminação que transgride os limites do fenômeno. A referência não se estabelece, portanto, como uma remissão ao real, mas como uma auto-remissão à reconstrução daquele real, agora indeterminado, dentro das malhas do textual. O real do texto não é o real do fenômeno posto, mas sim o real selecionado, que é, em si, uma ficcionalização.

Tudo isto garante um status de verdade à afirmação de que a ‘seleção’ destrói a identificação que subsiste entre cultural e natural e representa os sistemas sócio-culturais como construtos mais ou menos ficcionais – pois nesta representação concorrem também o anedotário das personagens, os tipos da ideologia, e a lógica de causalidade do imaginário do autor. Iser comenta que

a forma de organização e a validez dos sistemas se rompem agora, porque certos elementos são deslocados e se inserem noutros contextos; isso vale tanto para normas e valores, quanto para citações e alusões. Os elementos de seus contextos que o texto integra não são em si fictícios, apenas a seleção é um ato de fingir. (ISER, 1996, p.17)

Resta agora determinar qual é o construto ficcional que é constituído no *Passeio* de Macedo, ou seja, o que está sendo selecionado, e a que propósito serve esta seleção.

Publicado pela primeira vez em forma de folhetim no *Jornal do Comércio* entre os anos de 1862 e 1863, o *Passeio* pretende ser um caminhar de resgate histórico e identitário (cf. MACEDO, 1942, p.15-20) pelos marcos arquitetônicos do Rio de Janeiro, que consistem do Palácio Imperial; o Passeio Público; o Convento de Santa Tereza; o Convento de Santo Antônio; a Igreja de São Pedro; o Imperial Colégio de Pedro II; a Capela e o Recolhimento de N.S. do Parto, e a Sé do Rio de Janeiro. Como fica evidente, os marcos selecionados são sedes de Instituições de Governo, de Religião e de Ensino.

O que está em questão na minha leitura é a utilização do mote de um passeio histórico que é pretendido pelo autor para, de fato, ventilar o ideário republicano que pairava de certo modo indeterminado nas décadas que antecederam a Proclamação. A história destes marcos, ficcionalizada pela seleção e interpolada com uma suposta memória social oral, permite a confluência do imaginário republicano e enseja uma releitura que estabelece um lastro fingidamente histórico e social a este imaginário.

Do lundu à cadeirinha, do Paço Imperial ao Passeio Público, Joaquim Manoel de Macedo seleciona o que considera mais liberal e progressista na história e nos costumes brasileiros, e reconstrói este amálgama (com o auxílio do imaginário político de sua filiação e de um tanto de pura ficção) numa promessa de hegemonia democrática. Sua tentativa de reler a evolução política do Brasil em termos republicanos não conhece impedimentos: o Vice-Rei Luiz de Vasconcelos faz trabalhar os vadios da cidade na construção do passeio público, e Macedo não teme ler aí um trabalho do povo para o povo; os abusos da fidalguia, desembarcada junto com a corte portuguesa, são severamente ironizados pela voz remodulada do comendador responsável por estes abusos; a mão forte do poder absoluto é sempre beneficente, desde que seja liberal – enquanto a democracia é daninha quando reproduz o desmando monárquico. Seu passeio leva o leitor pela mão e o faz andar das tradições orais da cidade real até os construtos institucionais da cidade letrada, e por um movimento de sobre-determinação faz essas duas vozes, sempre dissonantes, cantarem uma só vontade republicana.

Este tipo de discurso pode ser caracterizado como fortemente ideológico, pois de um lado reveste seu contra-discurso com sua própria ótica – configurando um caso clássico de oclusão-semiológica (cf. EAGLETON, 1997, p.174) – e por outro se vale de mecanismos que o colocam como porta-voz das necessidades de um ‘povo’ ficcionalizado, sinalizando uma tentativa de hegemonização de seu discurso. Quero deixar claro que quando caracterizo o

Passeio como fortemente ideológico não pretendo dizer que haja discurso que não o seja, mas que há análises que não levam em conta o jogo de sobredeterminações ideológicas, e acabam por redundar num esteticismo estéril, incapaz de perceber uma obra como o *Passeio* não apenas como documento, mas também como um construto ficcional com qualidades, além de estéticas, discursivas e retóricas.

Vou analisar, então, uma cristalização na obra do que foi discutido até agora. O Palácio Imperial, nos informa Macedo, não poderia ser chamado de Palácio antes da chegada da família imperial em 1808, pois estava em vigor um decreto que determinava que fosse chamado de Casa dos Governadores. Este fato serve de mote para a introdução da narrativa das modificações que foram necessárias para abrigar a corte. Instalado o Rei, com propriedade no agora Palácio Imperial, faltava dar abrigo à miudeza da fidalguia. Como isso foi arranjado, nos descreve Macedo:

Os fidalgos, empregados e criados de outras ordens acharam sua providência nas muito mais famosas aposentadorias. Quero em poucas palavras dar-vos uma idéia do que foram as aposentadorias, especialmente em 1808. Adeus, direito de propriedade!

[...]

A aposentadoria era um arranjo de uns à custa de outros, que se executava em cinco tempos:

- 1 – O privilegiado dirigia-se ao aposentador e dizia-lhe que precisava da casa tal na rua tal;
- 2 – O aposentador encarregava um meirinho de ir satisfazer o desejo do privilegiado;
- 3 – Saía o meirinho com um pedaço de giz na mão, e chegando à casa designada escrevia na porta P.R. (Príncipe Regente) – iniciais que o povo logo interpretou por ponha-se na rua;
- 4 – O proprietário ou o morador da casa mudava-se em vinte e quatro horas;
- 5 – O privilegiado aposentava-se e ficava muito à sua vontade; (MACEDO, 1942, p.30)

A esquematização do processo de aposentadoria nestes cinco tempos demonstra, da parte de Macedo, sua percepção do arbítrio monárquico, no qual as diversas instâncias – o aposentador, o meirinho e a vontade do aposentado – são uma e a mesma coisa, ao invés de instâncias de decisão administrativa, nos moldes democráticos desejados por Macedo e seus pares políticos. O ‘quero’ do poder se cumpre sem interferência, e as instâncias são emanções daquele ‘quero’. A formalização esquemática feita pelo autor é, em si, um comentário irônico que procura acentuar o caráter ridículo da situação de arbítrio. E a interpretação dada às iniciais ‘P.R.’, atribuída ao povo, o coloca como articulador da hermenêutica de todo um contexto social. Ou seja, em uma descrição pretensamente histórica, o autor consegue imbricar sua determinação ideológica segundo as normas da ‘cidade letrada’ – a ironia através da forma – e segundo uma suposta expressão da ‘cidade real’.

Sem dúvida, Macedo “respira as convenções sociais” como diz Bosi (1994, p.131), e se proclamava abertamente monarquista – talvez por sua cátedra no Colégio Pedro II, ou seu colar de empregos públicos na administração monarquista. A questão é que, para Macedo, a Monarquia é desprezível somente naquilo em que não é liberal. Na descrição do Palácio, da

história daqueles que o ocuparam e das práticas que ensejou, não faltam elogios ao reinado, sempre em termos liberais, assim como não faltam acusações ao jugo do “mando e quero” que o caracteriza. É uma dupla articulação que aí está em jogo, que abdica do caráter revolucionário sem abdicar da revolução. É, portanto, um discurso de construção e manutenção de uma ideologia, que se apropria das Instituições do *status quo* e as redescreve sob seus termos.

Macedo é, de fato, um articulador ideológico da realidade social, e pertence à casta dos letrados que constituem o que Angel Rama (1984) chamou de ‘cidade letrada’, ou seja, o grupo de indivíduos amplamente instruídos e empregados nos afazeres notários e articulatórios da escritura na cidade. Um grupo que, por sua coesão se dar mediante a escrita, é necessariamente reduzido aos iniciados nesta tecnologia. O público de Macedo, mesmo que ele o identifique com o ‘povo’, não é a população que habita a ‘cidade real’, das práticas extra-textuais. Trata-se, exatamente, do grupo de dominação, que detém o poder político, monetário e articulatório – e se encarrega de justificar, perante seus pares, com recurso às supostas necessidades da ‘cidade real’, seus posicionamentos políticos e ideológicos.

Enquanto Macedo diz falar para o povo e pelo povo, na verdade o que faz é construir um lugar discursivo – e, portanto, ficcional – para seu ideário liberal, e passa a justificá-lo, senão como natural, então como a vontade do povo. E esta conformação da heterogeneidade da população em uma vontade única de um ‘povo’ é, conforme Eagleton (1997, p.58-64), um movimento próprio do discurso ideológico em tempos de transição da hegemonia – que, no caso, passava da Monarquia à República.

A história construída por Macedo em seus passeios é um exemplo de ferramenta que manufatura o consenso necessário para esta transição. Mediante a realização do imaginário liberal e da irrealização do contexto monárquico, o autor consegue demonstrar que a conjuntura a que serve de porta-voz não é individual – mas uma confluência de tendências históricas que sempre estiveram presentes, e que agora, e somente agora, se põem a serviço da vontade popular.

Referências

BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. 38^a ed. São Paulo: Cultrix, 1994.

CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. 8^a ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1997.

EAGLETON, Terry. *Ideologia: uma introdução*. São Paulo: Boitempo-UNESP, 1997.

ISER, Wolfgang. *O fictício e o imaginário: perspectivas de uma antropologia literária*. RJ: EdUERJ, 1996

MACEDO, Joaquim M. *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora Zélio Valverde, 1942

RAMA, Angel. *A cidade das letras*. São Paulo: Brasiliense, 1984.